



Processo de avaliação nas práticas de gestão da Escola Técnica do SUS

Núcleo Temático IV

Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas
do Sistema Único de Saúde - CEGEPE



Processo de avaliação nas práticas de gestão da Escola Técnica do SUS

Núcleo Temático IV

Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas
do Sistema Único de Saúde - CEGEPE

Belo Horizonte | CAED/UFMG | 2013

© 2013 Ministério da Saúde. Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada na íntegra na Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>.

Organização, distribuição, financiamento:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

**Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde/SGTES
Departamento de Gestão da Educação na Saúde / DEGES
Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde**

Esplanada dos Ministérios, bloco G, edifício sede, 7º andar, sala 733. CEP: 70058-090, Brasília-DF
Tel.: (61) 3315 – 2993 / Fax: (61) 3315 – 3856
E – mail: sgtes@saude.gov.br / Site: www.saude.gov.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Enfermagem - Campus Saúde

Av. Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia, Sala 004 – Térreo
Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP: 30.130-100
Telefax: (31) 3409-9878 -
E-mail: cegepe@enf.ufmg.br

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS TÉCNICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - CEGEPE**Coordenação:**

Alda Martins Gonçalves
Luiz Carlos Brant Carneiro
Zidia Rocha Magalhães
Salette Maria de Fátima Silqueira
Anézia Moreira Faria Madeira
Paula Gonçalves Bicalho

Elaboração:

Alda Martins Gonçalves
Anézia Moreira Faria Madeira
Adriana Kátia Correa
Cláudia Maria Silva Marques
Luiz Carlos Brant Carneiro

Márcia Cristina Godoy Siqueira
Maria Conceição Bernardo de Mello Souza
Maria de Fátima Prado Fernandes
Maria Ivanília Tavares Timbó
Maria Helena Salgado Bagnato
Mara Regina Lemes de Sordi
Paula Gonçalves Bicalho
Salette Maria de Fátima Silqueira
Sílvia Helena Mendonça de Moraes
Zidia Rocha Magalhães

Projeto gráfico, diagramação, capa e arte final:

Pedro Peixoto - CAED

Equipe editorial:

Normalização: Maria da Piedade
Revisão: Cristina Souza Dutra
Shirley Dornelas Duarte

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Escola de Enfermagem da UFMG, MG, Brasil)

Brasil. Ministério da Saúde.
B823pr Processo de avaliação nas práticas de gestão da Escola Técnica do SUS:
núcleo temático IV./ Ministério da Saúde e Escola de Enfermagem da
UFMG. -- Belo Horizonte: CAED/UFMG, 2013.
40p: il.

Material didático do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único da Saúde – CEGEPE, elaborado por Alda Martins Gonçalves e colaboradores.

ISBN: 978-85-64724-32-7

1. Capacitação de Recursos Humanos em Saúde. 2. Pessoal Técnico de Saúde/educação. 3. Ocupações em Saúde/educação. 4. Serviços de Saúde/recursos humanos. 5. Sistema Único de Saúde. I. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. II. Gonçalves, Alda Martins. III. Título.

NLM: W 21.5

RESUMO COLABORADORES

Alda Martins Gonçalves

Graduada em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Enfermagem pela UFMG e doutorado em Enfermagem Psiquiátrica pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora Adjunta da UFMG.

Anézia Moreira Faria Madeira

Graduada em Enfermagem pela UFMG, Especialista em Saúde Pública pela UFMG, mestrado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e doutorado em Enfermagem pela USP. Atualmente é professora associada da UFMG.

Luiz Carlos Brant Carneiro

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Epidemiologia pela UFMG, doutor em Ciências da Saúde e pós doutor em Saúde Coletiva. pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente é Professor Adjunto do Curso de Gestão de Serviços de Saúde da UFMG.

Paula Gonçalves Bicalho

Graduada em Enfermagem pela UFMG, mestrado e doutorado em Enfermagem na UFMG. Atualmente é professora Adjunta da UFMG.

Salette Maria de Fátima Silqueira

Graduada em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), mestre em Enfermagem pela UFMG e doutora em Saúde Pública pela USP. Atualmente é professora Adjunta da UFMG.

Zídia Rocha Magalhães

Graduada em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia e doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora Adjunta da UFMG.

Mara Regina de Lemes de Sordi

Graduada em Enfermagem pela USP, mestrado em Enfermagem pela USP, doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e pós doutorado na PUC- RJ. Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

Maria Helena Salgado Bagnato

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de São Carlos, mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Campinas.

Maria Conceição Bernardo de Mello e Souza

Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Ciências da Saúde Barão de Mauá, mestrado em Enfermagem Psiquiátrica pela USP e doutorado em Enfermagem pela USP. Atualmente é professora Livre Docente da Universidade de São Paulo.

Adriana Kátia Corrêa

Graduada em Enfermagem pela USP, mestrado e doutorado em Enfermagem pela USP. Atualmente é professora doutora da USP.

Maria de Fátima Prado Fernandes

Graduada em Enfermagem pela Escola Paulista de Medicina, especialista em Enfermagem de Cuidados Intensivos pela USP, especialista em Enfermagem Pediátrica e Puericultura pela Escola Paulista de Medicina, mestre em Enfermagem Pediátrica e Social pela Escola Paulista de Medicina e doutorado em Enfermagem pela PUC-SP. Atualmente é professore livre-docente pela USP.

Cláudia Maria da Silva Marques

Graduada em Odontologia pela PUC-MG, é pós graduada strictu senso pela EE-USP, Mestre em Saúde Coletiva, pós graduada em Odontologia Social pela PUC-MG. Atualmente é consultora da Organização PanAmericana da Saúde OPAS.

Maria Ivanília Tavares Timbó

Graduada em Enfermagem pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Educação Comunitária em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Ceará, Especialista em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem. Atualmente é Coordenadora do Núcleo de Educação Profissional da Escola de Saúde Publica do Ceará

Marcia Cristina Godoy Siqueira

Graduada pela Faculdade de Odontologia João Prudente de Anápolis, Goiás. Especialista em Odontopediatria pelo Centro de Pesquisas Odontológicas São Leopoldo Mandic de Campinas, São Paulo e mestre em Saúde e Gestão do Trabalho Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina. Atualmente é Coordenadora de Ensino, na Diretoria de Gestão da Educação na Saúde – DGES.

Sílvia Helena Mendonça de Moraes

Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ Fiocruz e especialista em Saúde Mental pela Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser. Atualmente trabalha na Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, na Escola Técnica do SUS como pedagoga.

APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde - CEGEPE - insere-se nas ações do Ministério da Saúde para implantação de uma política pública relacionada à educação profissional técnica de nível médio em saúde em todo o país. O CEGEPE representa uma estratégia para preparar gestores, administradores e professores visando contribuir para a consolidação das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS). É o resultado de um conjunto de ações coordenadas pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação/Departamento de Gestão da Educação na Saúde (SGTES/DEGES) e apresenta como objetivo fortalecer a capacidade de gestão pedagógica na Rede das ETSUS (RET-SUS), ampliando, assim, as relações entre formação e gestão setorial, desenvolvimento institucional e controle social em saúde.

A RET-SUS é uma estratégia de articulação, de troca de experiências de conhecimentos em Educação Profissional de Saúde. Trata-se de uma rede governamental, criada pelo MS, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), para facilitar a articulação entre as ETSUS e fortalecer a Educação Profissional em Saúde. São 36 instituições públicas (Federais, Estaduais e Municipais), distribuídas em todo o território nacional, criadas para atender às demandas locais de formação técnica dos trabalhadores que atuam nos serviços de saúde.

A origem das ETSUS remete ao Projeto Larga Escala, iniciado em 1985. Essa vincula-se à gestão da saúde, o que facilita a adoção dos princípios e diretrizes do SUS, como norteadores da sua prática formativa. Essas Escolas apresentam como princípio pedagógico a integração ensino, serviço e comunidade para fortalecer o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2011).

O processo de ensino-aprendizagem do técnico de nível médio nas ETSUS deve articular a interdisciplinaridade e a intersetorialidade a fim de prepará-lo para atender às diretrizes do SUS. Nessa perspectiva, seus profissionais precisam cada vez mais ser capacitados para suprir demandas e necessidades do processo de trabalho, de acordo com os princípios do SUS. Para isso, faz-se necessário viabilizar, nas ETSUS, a criação e o fortalecimento de núcleos estruturantes com o objetivo de coordenar os processos de gestão pedagógica.

A complexidade de estruturação desses núcleos leva em consideração o grande número de gestores, professores e trabalhadores da saúde envolvidos nas ETSUS e a especificidade dessas escolas como Escolas Técnicas do SUS, que formam profissionais no e para o trabalho em saúde. Logo, constitui um desafio a elaboração de um projeto para a criação de um curso de especialização, demanda do Ministério da Saúde, em gestão pedagógica que visa atender à política de formação de recursos humanos para o SUS. Pelo ineditismo desse projeto, a SGTES/DEGES decide pela parceria de universidades públicas de reconhecido compromisso social e experiências efetivas nas áreas de educação e saúde.

Sob a coordenação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (EE/UFGM), foi estabelecida uma agenda de trabalhos coletivos para a elaboração da

presente proposta. Essa incluiu a participação de profissionais da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo: Ribeirão Preto e São Paulo, além de representantes das ETSUS do Ceará, Mato Grosso e Tocantins, indicadas pelo MS.

Ao longo dos anos, a EE/UFMG acumulou experiência em propor, desenvolver e participar dos processos de desenvolvimento de educação permanente na área da saúde, contribuindo para a formação de enfermeiros e de outros profissionais de saúde. Entre estes processos, merecem destaque a sua participação no Projeto Larga Escala, com a produção de material instrucional, no Programa Transetorial de Ação Comunitária (PTAC) e no Programa de Desenvolvimento de Enfermagem (PRODEN) e a oferta do Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Pública. Recentemente, no cenário de implantação e consolidação do SUS, a Escola de Enfermagem, em parceria com a Faculdade de Medicina, coordenou o Polo de Capacitação, Formação e Educação Permanente para o pessoal de Saúde da Família (Polo SF), e representou a UFMG no Polo de Educação Permanente em Saúde (Polo EP), da Macrorregião Centro de Minas Gerais. Além disso, a EE/UFMG participou e ofereceu vários cursos de formação de auxiliares e técnicos de enfermagem e de agentes comunitários de saúde.

Especificamente, em relação à educação a distância, a Escola de Enfermagem foi a primeira Unidade Acadêmica da UFMG a oferecer um curso de especialização nesta modalidade, em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIO CRUZ). A Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem, como componente II do Programa de Profissionalização de Trabalhadores de Enfermagem (PROFAE) foi desenvolvido, inicialmente, pelo Núcleo de Apoio ao Docente - NAD/UFMG, como resultado de esforços conjuntos do Ministério da Saúde, ENSP/FIO CRUZ, universidades brasileiras e especialistas das áreas de saúde e educação. Desde 2008, a EE/UFMG passou a oferecer o Curso de Especialização de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem - CEFPEPE em parceria com o Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG (CAED/UFMG), com recursos financeiros da Universidade Aberta do Brasil (UA B/MEC). Tal formação está comprometida com as necessidades sociais, em geral, e de saúde, em particular, desenvolvendo formação teórico-prática com bases filosóficas, científicas, técnicas, éticas e políticas, incorporando as mudanças e tendências do SUS.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO NÚCLEO TEMÁTICO IV	11
• PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NAS PRÁTICAS DE GESTÃO DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS: Propósitos e objetivos	12
PRIMEIRO MOVIMENTO	13
• Avaliação nos processos de gestão político-pedagógica da Escola Técnica do SUS	13
• Texto 1 - Avaliação: conceitos, funções, tipos e significados	14
• Avaliação educacional e da aprendizagem	15
• Avaliação institucional escolar	16
• Referências	18
SEGUNDO MOVIMENTO	21
• Autoavaliação institucional participativa como estratégia para qualificar a gestão da Escola Técnica do SUS	21
• Texto 2 - Bases da autoavaliação institucional participativa	22
• Referências	26
TERCEIRO MOVIMENTO	28
• Avaliação como movimento de reflexão e ressignificação das práticas político pedagógicas da Escola Técnica do SUS	28
• Texto 3 - O planejamento da avaliação: da elaboração à apresentação dos resultados e execução de propostas de intervenção	29
• Planejamento e preparação coletiva da avaliação	30
• Desenvolvimento do projeto proposto	31
• Consolidação do processo e da programação de redirecionamento	32
• Anexo 1	36
• Referências	38



NÚCLEO TEMÁTICO IV

APRESENTAÇÃO DO NÚCLEO TEMÁTICO IV

CARO CURSISTA, BEM-VINDO AO NÚCLEO TEMÁTICO IV

Convidamos você a iniciar o quarto e último Núcleo Temático do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde: *Processo de avaliação nas práticas de gestão da Escola Técnica do SUS*. Nesse Núcleo, vamos pensar e propor práticas de autoavaliação institucional participativa, a partir da análise das práticas avaliativas que já existem na gestão político-pedagógica da Escola Técnica do SUS. Retomaremos algumas discussões abordadas nos Núcleos Temáticos II e III, as quais estão relacionadas ao Projeto Político-pedagógico e ao projeto de gestão da ETSUS. Tomaremos a autoavaliação institucional como uma importante estratégia que qualifica a gestão.

Nossa intenção é problematizar essas questões ampliando sua capacidade de compreensão e análise dos cenários das práticas pedagógicas da ETSUS. Queremos, com isso, potencializar seu papel de protagonista na gestão. Dessa forma, esperamos fortalecer sua capacidade para implementar processos de autoavaliação institucional participativa na ETSUS, com vista à elaboração de novos projetos de intervenção.

Trazemos, para subsidiar nossas reflexões, discussões e contribuições de alguns autores que, desde o início do século passado, escrevem sobre as questões inerentes à avaliação.

Os conteúdos desse Núcleo Temático foram organizados em três movimentos:

Primeiro movimento: Avaliação nos processos de gestão político-pedagógica da Escola Técnica do SUS.

Segundo movimento: Autoavaliação institucional participativa como estratégia para qualificar a gestão da Escola Técnica do SUS.

Terceiro movimento: Avaliação como movimento de reflexão e ressignificação das práticas político-pedagógicas da Escola Técnica do SUS.

Cada um desses movimentos descreve as experiências de aprendizagem a serem desenvolvidas, buscando levar o aluno a aproximações sucessivas aos objetos de estudo e de trabalho.

As experiências de aprendizagem compõem-se de atividades que devem desencadear reflexões e análises sobre sua prática. Para facilitar seus procedimentos de sínteses e autoavaliações, tais reflexões e análises devem gerar anotações sobre dúvidas, inquietações, percepções e avaliações pertinentes ao seu processo de estudo e de trabalho.

As atividades deverão ser encaminhadas ao seu tutor por meio da plataforma *Moodle*. Todas as atividades serão utilizadas para a avaliação do seu aproveitamento neste núcleo.

Bom trabalho!

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NAS PRÁTICAS DE GESTÃO DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS



PROPÓSITO:

Fortalecer a ação do sujeito educativo como protagonista nos processos de gestão praticados na ETSUS, a partir da autoavaliação institucional participativa.



OBJETIVOS:

- Reconhecer a avaliação como condição integrante e integradora dos processos de gestão da ETSUS;
- Identificar as práticas avaliativas realizadas na ETSUS;
- Identificar metodologias, estratégias e instrumentos de autoavaliação institucional participativa, considerando as especificidades política, técnica e ética da ETSUS;
- Propor estratégias coletivas de desenvolvimento de processos de autoavaliação institucional na ETSUS.

PRIMEIRO MOVIMENTO

AVALIAÇÃO NOS PROCESSOS DE GESTÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS

Para iniciar a análise das práticas de avaliação, tendo como cenário as ETSUS, convidamos você, sujeito educativo desse curso, a refletir sobre os processos de decisão inerentes à implementação dessas práticas no seu contexto de trabalho. Nossas análises envolvem os atores sociais implicados no processo de trabalho desenvolvido nas ETSUS. Ou seja, alunos dos cursos técnicos (trabalhadores do SUS); professores, coordenadores e gestores; demais trabalhadores que atuam nas escolas e gestores dos serviços de saúde e de educação, com os quais as escolas têm interface.

Eis uma questão: ao se definir a política de saúde e os modos de organização da gestão das ETSUS, o papel e a importância de uma escola de trabalhadores do SUS e para o SUS são percebidos e avaliados?

Para nos aproximarmos dessa questão, faz-se necessário:

- explorar conceitos, tipos e significados dos processos de avaliação;
- compreender a complexidade e a importância dos processos de avaliação próprios da gestão política e pedagógica da ETSUS.

O Núcleo Estruturante da ETSUS onde Joana trabalha tem avançado nas discussões a partir das oficinas que têm sido implementadas. O tema da última oficina foi avaliação. Maria Elisa convidou o grupo de atores sociais da escola a indicar quais os tipos de ações e de processos são avaliados na ETSUS.

ATIVIDADE 1 - DIÁRIO DE ESTUDO



Caro Cursista,

Considerando as especificidades do processo de trabalho em saúde e educação desenvolvido na ETSUS, convidamos você a refletir sobre as seguintes questões:

- Que tipos de ações e de processos da ETSUS são avaliados?
- Como você e outros atores que se relacionam com a Escola se inserem neste processo?
- Qual são os objetivos das avaliações realizadas na ETSUS?

Após sua reflexão, reúna-se com seus colegas de CEGEPE e defina com que grupo de atores (alunos, professores, coordenadores ou diretor) cada aluno vai realizar a entrevista utilizando as questões supracitadas.

Sistematize os dados coletados e poste os resultados em seu diário de estudo.

Obs: Cada aluno entrevistará, pelo menos, 3 pessoas do segmento pelo qual ficou responsável.

Em seguida, convidamos você a realizar a leitura do texto disponibilizado por Maria Elisa sobre conceitos, funções, tipos e significados da avaliação:

TEXTO 1

AVALIAÇÃO: CONCEITOS, FUNÇÕES, TIPOS E SIGNIFICADOS

Convidamos você a caminhar conosco nessas reflexões. Você, naturalmente, está sempre avaliando alguém ou alguma coisa e, ao mesmo tempo, se autoavaliando.

A avaliação tornou-se, em nossos dias, uma necessidade. Daí o interesse em estudos e pesquisas cada vez mais avançados nesta área, cujas práticas se tornam cada vez mais complexas.

O conceito de avaliação vem mudando ao longo dos últimos anos e, cada vez mais, tem suscitado discussões. Etimologicamente, avaliar, do verbo latino *valere*, significa “ter valor”, o que nos leva a concluir que avaliação prevê juízo de valor ou julgamento do que o outro faz. Para Ferreira (1990, p.164), avaliação consiste no “ato ou efeito de avaliar, apreciação, análise, valor determinado pelos avaliadores”. A simples menção da palavra avaliação nos remetia a conceitos de quantificação, atribuição de nota, medição de valores, comparação e controle. Remetia a atitudes de recompensa e de punição, bem como à associação com objetividade.



REFLEXÃO

A avaliação faz parte de um processo de reflexão do cotidiano sobre toda e qualquer atividade humana, constituindo-se, assim, num instrumento que permite conhecer, aprimorar e orientar as ações de indivíduos e de organizações sociais. É uma atividade utilizada tanto para avaliar o que já foi realizado, quanto para avaliar decisões que se deve tomar para realizar ações futuras (FREITAS; SILVEIRA, 1997, p. 19).

Na educação, a avaliação é elemento que compõe o processo de ensino-aprendizagem e se desenvolve de várias formas, com argumentos e tendências que acompanham o contexto sócio-político-cultural.

Na área da saúde, a avaliação passou a gozar de grande prestígio, a partir dos anos 70 do século XX, quando da “[...] diminuição do crescimento econômico e do papel do Estado no financiamento dos serviços de saúde...”, (CONTANDRIOPOULOS *et al.*, 1997, p.30). Da mesma forma que na educação, inicialmente, a avaliação na saúde foi desenvolvida por grupos que detinham o poder de propor ou promovê-la com uma perspectiva de controle.

Nesta área, paulatinamente, passou-se a trabalhar com três tipos de avaliação: institucional, de programas e de projetos. O principal objetivo destas avaliações é gerenciar os processos de atenção à saúde, rever propostas e refazer planejamentos na perspectiva de aperfeiçoar os resultados.

Em relação à formação profissional em saúde, a avaliação tem a função de identificar e acompanhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem em consonância com os pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Portanto, avaliar as aprendizagens do aluno retrata o compromisso do curso e da instituição em formá-lo para o exercício profissional e para a cidadania, bem como a atuação de seus professores na mediação desse processo.

A avaliação está sempre presente no processo de educação tanto nas escolas, como fora

delas, fazendo parte do seu dia-a-dia. No Projeto Político-pedagógico de cada escola, a avaliação deve ser apresentada de forma consistente e clara.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem tem sido tratada como inerente à avaliação educacional e muitas vezes confundida ou incluída entre os processos em que se avaliam a educação. Por muito tempo, ela foi apresentada como uma prática neutra, isenta de qualquer interesse de grupos. Para Tyler (1983), autor clássico da literatura sobre avaliação, a avaliação da aprendizagem se constituía, basicamente, no processo de determinar em que medida os objetivos educacionais estavam sendo atingidos pelo programa do curso e pela instituição.

No final da década de 1970, autores, como Gadotti e Freire, passaram a defender uma avaliação na perspectiva democrática, essencial para a emancipação e a elevação da qualidade profissional e social. Gadotti (2003) menciona que a avaliação se constitui em um processo intencional e político e, por isso, merece destaque no planejamento pedagógico. Nessa assertiva, esse autor nos convida a deixar claro, principalmente para os alunos, quais são os objetivos, os critérios e os meios ou formas de se fazer a avaliação.

Para Freire (2011), a avaliação é um processo contínuo que não objetiva, apenas, detectar um produto; inclui reflexão para o redirecionamento e perspectiva de avanços em novas direções. A avaliação é um processo sistematizado, na medida em que é previsto e planejado, sem, no entanto, reduzir-se a uma formalidade.

Assim, a avaliação é considerada um instrumento da gestão e pode ser utilizada como uma estratégia pedagógica para estimular os atores institucionais a buscar novos conhecimentos e habilidades, bem como a se interessar pela própria avaliação.

A Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996) traz possibilidades de mudanças no ensino e na educação, apontando como fio condutor a flexibilização e a responsabilização institucionais. A lei faz uma abordagem dos aspectos da avaliação nos vários níveis e modalidades da educação nacional, recomendando a predominância da avaliação qualitativa sobre a quantitativa e a avaliação por critérios e por domínio.

Em atendimento às orientações emanadas da Lei 9394/96 (BRASIL,1996), foram criadas e adotadas as Diretrizes Curriculares para todos os cursos de formação profissional em todos os níveis, caracterizando-se como uma medida consistente e adequada aos tempos atuais. Tais diretrizes orientam a formulação de projetos políticos-pedagógicos das instituições de formação de ensino. Ou seja, preconizam uma formação crítica e reflexiva na qual o profissional seja capaz de conhecer ou reconhecer os determinantes de problemas de sua área de atuação e intervir sobre os mesmos, respondendo às responsabilidades que lhe foram atribuídas pela sociedade.

Para tanto, torna-se necessário, nos Projetos Políticos-pedagógicos, uma definição clara do perfil, das competências e das habilidades profissionais, bem como, um recorte do conhecimento necessário para dar suporte à ação e à integração entre conteúdos teóricos e práticos de cada profissão.

A partir dessa orientação, o eixo da formação se desloca do conhecimento (domínio de conteúdos) para as competências que se caracterizam como “[...] a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, coloca-se um novo e urgente desafio, o de pensar a avaliação de forma

bastante criteriosa no que diz respeito ao seu planejamento e execução, pois ela deve ser pautada mais em critérios e padrões de desempenho do que, simplesmente, na medida do conhecimento obtido pelo aluno. Tenta-se evitar que o aluno fracasse. Ou seja, a avaliação passa a ser pelo domínio e pelo desempenho do aluno. A avaliação sai do campo da aferição de notas e passa a ser uma oportunidade para que o aluno se recupere, quando necessário. Quando isso deve acontecer? Isso deve ocorrer paralelamente ao desenvolvimento das atividades de ensino aprendizagem ou no momento em que se verifica que o aluno não domina o assunto trabalhado ou não desenvolveu as habilidades necessárias para o seu fazer profissional. Assim, o aluno ganha confiança em si mesmo e cria estímulos para aprender; reconhecer seus limites, potencialidades e responsabilidades, elementos essenciais para o exercício de uma prática profissional.

Uma escola comprometida com a sociedade faz uma educação libertadora. Ao adotar uma avaliação que assegura aquisição de competência de seus alunos, a escola pode influenciar a definição de padrões de qualidade na formação profissional.

Dessa forma, podemos identificar formas de classificar a avaliação quanto à modalidade e quanto às características. Quanto à modalidade a avaliação pode ser: dialógica, mediadora, emancipatória, diagnóstica, formativa e somativa; quanto às características: integrada (aos objetivos/ conteúdos/ métodos e técnicas de ensino), contínua, sistemática, integral (inclui aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores) e científica.

Além de ser considerada um instrumento da gestão, a avaliação deve ser utilizada como uma estratégia pedagógica para estimular os atores envolvidos a buscar novos conhecimentos e habilidades, bem como a se interessar pela própria avaliação.

Nessa linha de pensamento, importa estar atento às funções da avaliação. Tais funções relacionam-se ao contexto em que é praticada e à finalidade a que se destina. Na prática pedagógica, a função da avaliação está ligada, principalmente, aos significados da aprendizagem. Algumas dessas funções são: assegurar o domínio da aprendizagem; demonstrar os efeitos da metodologia e dos instrumentos empregados no processo ensino-aprendizagem; conhecer o alcance dos objetivos de ensino-aprendizagem nas áreas cognitiva, afetiva e psicomotora; conhecer a atuação do professor e demais componentes do ato educativo; fornecer dados para conhecer e avaliar a eficácia do currículo escolar, frente às exigências sociais e culturais e diagnosticar e propor soluções.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional, no ambiente escolar, objetiva o aperfeiçoamento da qualidade da educação, do ensino, da aprendizagem e da gestão. Com isso, visa transformar a escola em uma instituição comprometida com a aprendizagem e com a sociedade (BELLONI; FERNANDES, 2009).

Na avaliação institucional, aspectos ideológicos, políticos, econômicos e culturais ganham relevância (SUANNO, 2002). Esse autor considera que a avaliação institucional contribui para a tomada de decisão nas práticas de gestão em todos os níveis da instituição e que deve ser um processo contínuo e participativo.

Para um olhar investigativo e curioso, estudos permanentes sobre a instituição e clareza sobre sua missão e finalidade são pontos importantes na avaliação institucional. Dessa forma, a avaliação deve nortear o desenvolvimento da instituição e precisa ser guiada por quatro questões fundamentais: *para que, o que, como e quem avalia*.

Fazem parte da avaliação institucional escolar: docentes, alunos, gestores e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuem para o andamento da instituição. O aluno é o sujeito educativo, ator importante no processo de trabalho da escola. Demo (1996) alerta que uma avaliação democrática e solidária prevê a participação do aluno.

A avaliação institucional deve ser realizada de forma sistemática, na perspectiva de melhoria de sua prática e, conseqüente aprimoramento dos profissionais. Deve ocorrer dentro de um contexto amplo, de modo que sejam consideradas a história da instituição, suas experiências e práticas, bem como as de seus atores sociais.

Avaliar é uma atividade complexa e requer a aplicação de indicadores cuidadosamente definidos. Ao avaliar, a instituição deve se cercar de cuidados para que o processo não seja interpretado pelos participantes como um ato punitivo e de pressão, pois, dessa forma, poderia prejudicar a autoestima do grupo, refletindo negativamente no trabalho.

O processo de avaliação institucional deve respeitar algumas condições básicas:

- Inclusão de todos os seus atores sociais no planejamento e no estabelecimento dos critérios de avaliação;
- Definição de critérios de avaliação claros, éticos e imparciais;
- Permissão de questionamentos por parte dos participantes do processo;
- Sensibilização dos atores envolvidos para participarem do processo e para compreenderem a finalidade da avaliação;
- Desenvolvimento de solidariedade, confiança e cooperação entre os participantes do processo;
- Disponibilização das informações aos atores envolvidos sobre os resultados do processo de avaliação;
- Construção coletiva de novos planos de ação, tendo em vista os resultados da avaliação.

Os aspectos éticos, a solidariedade para a construção e a reconstrução de valores e atitudes são essenciais na avaliação. Os atores envolvidos são, simultaneamente, avaliadores e avaliados, devendo, portanto, haver abertura para críticas, escuta dos anseios e das dificuldades e disposição de todos para o diálogo. Assim, a avaliação se torna interativa, inovadora, humanizante, potencialmente capaz de emancipar os atores e de indicar caminhos para transformar a prática pedagógica.

Em relação à autoavaliação dos atores sociais, Giroux (1986, p.249) afirma que essa é de suma importância para a prática reflexiva, “pois é a capacidade de pensar sobre o pensamento, apontando para um modo de raciocínio que tem como objetivo romper a ideologia ‘congelada’ que impede uma crítica da vida e do mundo”. Para esse autor, um “olhar avaliativo” possibilita ampliar a consciência acerca das possibilidades e limites de atuação da escola, além de permitir uma visualização da abrangência do trabalho e das competências que precisam ser desenvolvidas para responder às demandas sociais e educativas. No esforço de aprofundar e qualificar suas competências, a escola potencializa sua capacidade de reflexão da realidade e abre espaços para a inovação.

No cotidiano de educação, é necessário buscar os significados da avaliação relacionados

ao trabalho dos gestores, pessoal administrativo, professores e alunos. Faz-se necessário discutir questões relacionadas à metodologia da avaliação, tais como:

- O processo avaliativo envolve o coletivo e é construído democraticamente?
- A avaliação possibilita transformações nos processos pedagógicos e de gestão desenvolvidos na escola, nos serviços e na comunidade?
- Os objetivos da avaliação são postos claramente pela Instituição?
- As avaliações educacionais são criteriosas, éticas, adequadas à realidade atual e construtora da sociedade que se deseja para o futuro?
- A avaliação reflete o significado do ensino-aprendizagem, desenvolvido na sala de aula e nos campos de prática supervisionada?

Esses são questionamentos que persistem em nosso dia a dia e dão a tônica em vários debates nos eventos de avaliação.

ATIVIDADE 2 - FÓRUM



MODELO DE AVALIAÇÃO NA ETSUS

Considere os resultados da Atividade 1 e compare com as abordagens encontradas no texto, apontando semelhanças e diferenças nas diversas formas de compreendê-las. Registre suas impressões.

A partir de seus registros, discuta no FÓRUM o modelo de avaliação predominante nas ETSUS, considerando:

- concepção de avaliação
- estratégias
- métodos

REFERÊNCIAS

BELLONI, I; FERNANDES, M. E. A. **Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola?** Módulo IX. Brasília: CONSED, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/

L9394.htm

BRASIL. **Ministério da Educação**. Parecer nº 16, de 05 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>>

CONTANDRIOPOULOS, A. *et al.* A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Z. M. A. (org.) **Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

DEMO, P. **A avaliação sob o olhar propedêutico**. Coleção Magistério. Formação e trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

FERNANDES, G. M. **Processo de avaliação humanizado e participativo nos estágios supervisionados de enfermagem**. Rio Grande, 1999. Dissertação Programa de Pós Graduação em Enfermagem – PEN/UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, I. M. A. C.; SILVEIRA, A. **Avaliação da educação superior**. Florianópolis: Insular, 1997.

GADOTTI, M. **Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias da reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SUANNO, M. V. R. Auto-avaliação institucional: princípios da metodologia do grupo focal. In: BELLO, J. L. P. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>>. Acesso em 06/10/11.

TYLER, R. W. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Trad. Leonel Vallandro. 8. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1983.119p.

Após a leitura do texto, Joana e Maria Elisa dialogam...



- Maria Elisa, então, por que temos tanta dificuldade no momento de avaliarmos?

- Pergunta crucial, Joana...



Maria Elisa responde reportando-se a Fernandes (1999): as dificuldades existentes em relação à avaliação são oriundas da escola, em todos os seus níveis de ensino. Para a autora, essa não favorece um processo de educação e avaliação participativa e não estimula no aluno a condição de sujeito, ou seja, de ser ouvido, de falar, de poder de decisão frente a uma atividade que influencia diretamente a sua vida acadêmica e que vai refletir na sua vida profissional.

Maria Elisa acrescenta: Já mudamos muito, em relação à avaliação. Temos a consciência de que a avaliação é instrumento que nos permite compreender, cada vez mais, a nossa posição e situação institucional para avançarmos rumo ao alcance dos nossos objetivos e nossas metas. Mas é necessário mudar muito mais. Precisamos aceitar a avaliação como um componente fundamental de negociação, de articulação e de integração entre as pessoas, atores dos processos educacionais; entre educação e saúde, entre teoria e prática e entre ensino, serviço e comunidade.

Acreditamos que a avaliação, vista de forma mais ampla, pode compor o sistema de avaliação com uma finalidade específica de assegurar o desenvolvimento do trabalho em saúde de qualidade.

SEGUNDO MOVIMENTO

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA COMO ESTRATÉGIA PARA QUALIFICAR A GESTÃO DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS

Neste momento, convidamos você, juntamente com Joana, a analisar as bases da autoavaliação institucional participativa, identificando suas finalidades e refletindo sobre os aspectos que a diferenciam de outros tipos de avaliação institucional.

Estamos propondo que, a partir das atividades desenvolvidas nesse curso, você compreenda as estratégias de organização, implementação, análise, divulgação de resultados e desdobramentos do processo da autoavaliação institucional participativa.

Salientamos a importância de se pensar novas possibilidades de articulação dentro e fora da ETSUS, no sentido de ampliar o envolvimento dos atores no processo, favorecendo a incorporação de novas tecnologias de trabalho, de gestão e de avaliação. Assim, espera-se fortalecer a participação da ETSUS na gestão dos serviços de saúde, ampliando sua efetividade e compromisso com a qualidade da formação e, conseqüentemente, do cuidado em saúde. Nesse sentido, espera-se uma escola com maior potencial para atender às diferentes necessidades e demandas dos trabalhadores e dos serviços de saúde e para promover a articulação ensino-serviço.

Dando continuidade à oficina coordenada por Maria Elisa acerca da avaliação nas ETSUS, o próximo tema a ser trabalhado pelo grupo é autoavaliação institucional participativa. Como forma de sustentar as discussões, Maria Elisa solicitou aos participantes que levassem bibliografia acerca do assunto.

Joana foi para casa pensando como poderia contribuir com as discussões, considerando ser um tema instigante. Pensou em fazer um levantamento em bases de dados, como no Google Acadêmico, mas de repente lembrou que, durante sua graduação leu o texto “Avaliação educacional e projeto político-pedagógico” de Moacir Gadotti, texto que continua atualizado e pertinente à realidade da escola. Por isso, disponibilizará o texto aos colegas, acreditando que enriquecerá o debate.

Assim, convidamos você também a ler o texto Avaliação Educacional e Projeto Político-pedagógico, Moacir Gadotti (1999). Disponível na biblioteca virtual.

No texto, Gadotti faz considerações importantes. Selecionamos algumas dessas considerações para que você reflita sobre o porquê das afirmações e estabeleça correlações com os processos avaliativos implementados na sua ETSUS.

- *A avaliação da aprendizagem não pode ser separada de uma necessária avaliação institucional, mesmo que elas sejam de natureza diferente: enquanto esta diz respeito à instituição, aquela refere-se mais especificamente ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis (Gadotti, 1999, p.1).*
- *Na avaliação, interação diferentes variáveis e fatores, não diretamente*

ligados à escola, que devem ser considerados (Gadotti, 1999, p.2)

- *A avaliação configura-se sempre em relação a algo, necessita de uma referência, um projeto político-pedagógico, um projeto institucional, que é o horizonte a ser atingido, em função do qual a avaliação tem sentido (Gadotti, 1999, p.2).*
- *Ela (a avaliação) deve captar aqueles pontos mais frágeis do organismo institucional e apontar os rumos de sua superação com vista a elevar o nível de seu desempenho face a seus compromissos sociais (Gadotti, 1999, p.2).*

ATIVIDADE 3 – DIÁRIO DE ESTUDO



1 semana

Caro Cursista,

Considerando a leitura do texto de Gadotti (1999) e as reflexões do primeiro movimento revise o PPP da sua ETSUS e identifique os princípios e pressupostos da avaliação institucional nele contidos. Registre em seu diário de estudos.



PARA PENSAR

Qual a viabilidade de uma proposta de autoavaliação institucional participativa no contexto da ETSUS?

TEXTO 2

BASES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA

Você certamente já vivenciou processos de avaliação em sua vida profissional e bem sabe o quanto é difícil avaliar e ser avaliado. Neste texto, vamos falar de autoavaliação institucional participativa.

Primeiramente, retomemos alguns pressupostos inerentes à avaliação, apontados por Belloni e Fernandes (2009):

- é um processo intrínseco à educação, já que todo agir educativo é avaliado;
- é um processo de construção coletiva pelo qual se discutem rumos, ritmos e ajustes e se procede intervenção, em forma de gestão participativa;
- é um processo que depende do referencial teórico que o fundamenta, isto é, da concepção de educação que se pratica.

Avaliação, conforme Gadotti (1999, p.2) *configura-se sempre em relação a algo, necessita de uma referência, um projeto político-pedagógico, um projeto institucional, que é o horizonte a ser atingido, em função do qual a avaliação tem sentido.*

Segundo Galdino (s/d), uma concepção mais ampla de autoavaliação institucional participativa diz que ela sustenta-se na democracia como regime político-social, como forma de autogoverno, como instrumento epistemológico e de responsabilidade democrática, através da autovigilância permanente dos sujeitos sobre suas ações e sobre a forma de agir dos próprios membros.

Todavia, antes de entrarmos na discussão sobre autoavaliação institucional participativa, propriamente dita, vamos conhecer como acontece a avaliação na escola. Inicialmente, é necessário distinguir *avaliação educacional* de *avaliação institucional*.

A avaliação educacional, estudada no texto anterior e no Núcleo Temático II, refere-se à avaliação da aprendizagem ou do desempenho de alunos e dos profissionais, bem como, à avaliação do projeto pedagógico da escola, concentrando-se no processo de ensino-aprendizagem e nos fatores que interferem em seu desenvolvimento.

A avaliação institucional, por sua vez, destina-se à avaliação da instituição educação, tendo atenção centralizada em processos, relações, decisões e resultados das ações de uma instituição ou do sistema educacional como um todo. Belloni e Fernandes (2009) consideram que, para ser completa, a avaliação institucional contempla e incorpora os resultados da avaliação educacional. Essas autoras consideram duas principais correntes de pensamento sobre avaliação institucional em educação: a *meritocrática ou para controle* e a *avaliação para transformação e aperfeiçoamento*.

A avaliação meritocrática ou para controle tem como objetivo precípuo identificar quem sabe mais, desempenha melhor ou, simplesmente, quem apresenta melhores resultados. Os exemplos mais conhecidos deste tipo de avaliação são o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). O ENADE avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. Serve também para credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior, a cargo dos Conselhos Estaduais e Nacional de Educação. O ENEM avalia os estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e privadas. Os dados, do ENEM, além de servirem para avaliar o desempenho pessoal do estudante, também são utilizados pelo governo para definir políticas públicas educacionais. Atualmente, muitas universidades públicas e privadas estão utilizando os resultados do ENEM dentro de seus sistemas de seleção. Além disso, o resultado tem sido utilizado para estabelecer hierarquias, classificações ou *rankings* entre instituições.

Para conhecer a base legal que regulamenta a avaliação institucional alicerçada em parâmetros objetivos, acesse a Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e também o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB): Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). [<http://www.inep.gov.br/saeb>]

A avaliação para transformação e aperfeiçoamento é uma corrente que prioriza a identificação de dificuldades e sucessos. A partir daí, formula ações com o objetivo de transformar e aperfeiçoar a escola e o sistema educacional. Diferentemente da ênfase na criação de *rankings*, opta pela análise qualitativa como meio de construir uma escola e um sistema de ensino com qualidade. Concebe a avaliação como ferramenta



ATENÇÃO!

Verifique também se os órgãos da educação no seu Estado realizam avaliação institucional de cursos técnicos em geral e da área da saúde.

para melhoria e democratização da educação, com impacto positivo no processo de transformação social. Essa avaliação nos remete à autoavaliação institucional participativa, concebida como parte da avaliação institucional. Dessa forma, busca o crescimento dos sujeitos sociais que compõem a estrutura escolar, conjugado ao crescimento da instituição.

Polidori; Fonseca; Larrosa, (2007) lembram que, ao colocar o foco da avaliação institucional na perspectiva formativa, torna-se possível obter um processo amplo, com o objetivo de evidenciar o que é preciso mudar, fortalecer e ampliar para o alcance da qualidade da educação.

Para que a autoavaliação seja desenvolvida com sucesso, há um elemento essencial e balizador que é a participação dos sujeitos no processo avaliativo como atores sociais e não somente informantes ou meros espectadores. O grau de envolvimento dos sujeitos influencia a dinâmica do processo em questão e o caracteriza como participativo ou não participativo.

A autoavaliação institucional participativa pressupõe que as pessoas sejam sensibilizadas em relação ao comprometimento com a avaliação institucional de forma a criar uma relação horizontal de aprendizagem mútua, de informação e de comunicação. Torna-se, portanto, uma avaliação sistemática e contínua, um instrumento estratégico para a oferta de informações substantivas que possibilitem o exercício do controle da qualidade em uma instituição.

Fernandes (2002) sintetiza cinco princípios básicos que devem nortear um processo avaliativo numa perspectiva transformadora e de aperfeiçoamento institucional:

1. Adesão voluntária – que deve ser conseguida por meio da conscientização de toda a comunidade escolar sobre a importância do envolvimento de todos os segmentos no processo de autoavaliação institucional.
2. Avaliação total e coletiva da escola – a escola deve ser avaliada como um todo e, portanto, por todos. Todos serão avaliados e avaliadores nesse processo. É essencial a participação de todos os segmentos da escola.
3. Respeito à identidade da escola – a escola deve ser avaliada dentro do seu contexto, levando-se em consideração as suas especificidades para que haja coerência na realização e resultado no processo avaliativo.
4. Unidade de linguagem – busca-se um “entendimento comum dos conceitos, princípios e finalidades do projeto, já que há várias concepções da avaliação”.
5. Competência técnico-metodológica – todo projeto de avaliação institucional precisa fundamentar-se em base científica para que se garanta a legitimidade aos dados coletados. É importante que a escola conte com pessoal preparado para a realização e acompanhamento das etapas do projeto de avaliação institucional (FERNANDES, 2002, p.136).

Sendo assim, podemos afirmar que a autoavaliação institucional participativa é um processo democrático e coletivo que possibilita o desvelamento da realidade escolar.

Podemos afirmar, também, que a autoavaliação é um instrumento de construção e de consolidação de uma cultura de avaliação institucional, com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal quanto institucional, pelo fato de estimular a todos os atores a refletirem sobre a realidade da instituição. Para Saul (2001), a autoavaliação leva a instituição a pensar, repensar e viabilizar planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento.

Como se processa a autoavaliação institucional participativa em uma escola?

Para que a autoavaliação se consolide como estratégia de mudança, primeiramente faz-se necessário a obtenção de um retrato vivo da instituição, que caracterize um diagnóstico e aponte os caminhos a serem seguidos no ato de avaliar. Tomando como referência o diagnóstico da instituição, a autoavaliação passa a ser um processo de reflexão e autocrítica das atividades que vêm sendo desenvolvidas nos diversos eixos do trabalho escolar.

A participação de todos: professores, alunos, técnicos administrativos e gestores é fundamental na análise dos dados apreendidos pelo diagnóstico, de modo que sejam identificados pontos fracos, assim como pontos fortes e potencialidades. A partir daí, é possível direcionar novos procedimentos, fortalecer os pontos positivos e estabelecer estratégias de superação das dificuldades.

Dessa forma, o diagnóstico decorrente da autorreflexão institucional servirá de espelho para a indicação de soluções, manutenção ou modificação dos rumos da escola, levando-se em conta seus objetivos e metas, com base na sua missão (NASCIMENTO, 2000).

É necessário entender a escola como um espaço de convivências, de contradições, de aproximações e, ao mesmo tempo, de transformações.

A comunidade escolar deve ter uma participação institucional. Para Dias Sobrinho (2003), o envolvimento deve ser tanto nas discussões sobre concepção, finalidades e desenho da avaliação, quanto no levantamento, na organização das informações e dos dados, na pesquisa e na interpretação dos dados, bem como, na implementação das mudanças necessárias para a transformação das práticas que dão continuidade ao processo avaliativo. Portanto, a autoavaliação institucional, além de monitorar a qualidade do desempenho da escola e influenciar nos seus processos decisórios, cria uma cultura de mudança institucional ao demonstrar que a participação de todos foi considerada.

Como processo, a autoavaliação participativa pretende melhorar a compreensão da organização escolar e as práticas institucionais, baseada na reflexão crítica compartilhada, no diálogo e na intencionalidade dos atores envolvidos no processo. A autoavaliação tem como características básicas: ser processual, integral, sistemática, estruturante, progressiva, inovadora e científica. Por isso, permite que a escola vá se transformando à medida que seus agentes também se transformam.

Corroborando essa ideia, Suanno (2002) afirma que a autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

O documento Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior reforça que a

negociação e a cooperação entre os atores da escola são fatores relevantes em todo processo avaliativo. Portanto, planejar, levantar dados, organizar e desenvolver a proposta legítima o caráter pedagógico, transformador, formador de valores e de princípios institucionais da avaliação. Dessa forma, promovem uma avaliação participativa, democrática e emancipadora (BRASIL, 2004).

Para se conseguir eficiência no processo da autoavaliação é preciso ainda que no planejamento seja definido: cronograma, distribuição de tarefas e de pessoas responsáveis, materiais e logística. Na metodologia, os procedimentos e objetivos devem ficar claros e ser elaborados segundo a especificidade e a dimensão da instituição. Trataremos deste assunto com mais profundidade no Terceiro Movimento deste núcleo.

ATIVIDADE 4 - FÓRUM



A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA QUE QUALIFICA A GESTÃO E OS PROCESSOS DE TRABALHO NA ETSUS.

Após a leitura do texto, reflita sobre a questão: Por que e como a autoavaliação institucional participativa é uma ferramenta que qualifica a gestão e os processos de trabalho da ETSUS?

Compartilhe sua ideias com seus colegas, no Fórum.

ATIVIDADE 5 – DIÁRIO DE ESTUDO



Caro Cursista,

Com base nas reflexões e o desenvolvidas no Movimento 2, reúna-se com os seus colegas do CEGEPE, converse com o diretor de sua ETSUS e organize uma discussão com o coletivo da sua escola abordando o tema da autoavaliação.

Sistematize o resultado da discussão e poste o relatório em seu diário de estudo.

REFERÊNCIAS

BELLONI, J; FERNANDES, M. E. A. **Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola?** Módulo IX. Brasília: CONSED, 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** Lei 10.870, de 19 de maio de 2004. Brasília (DF): MEC/SINAES, 2004.

DIAS SOBRINHO, J. (org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências.** São Paulo: Cortez,

2003.

FERNANDES, M. E. A. Avaliar a escola é preciso. Mas... que avaliação?. In: VIEIRA, S. L. (org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GADOTTI, M. I. **Avaliação educacional: o projeto político pedagógico**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ITINERANTE DE EDUCADORES, 2ª JORNADA PEDAGÓGICA DA ESCOLA CIDADÃ. Grupo de Estudos e Organização de Eventos Político-Pedagógicos. 10. DE. CEPERS Sindicato – Alegrete e Uruguaiana, maio de 1999. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/avaliacao-educacional-projeto-politico-pedagogico.htm>>. Acesso em 03/10/2012.

GALDINO, M. N. D. **A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão**. Fundação CESGRANRIO, Universidade do Grande Rio (s/d).

NASCIMENTO, A. F. M. **Avaliação institucional: da teoria à prática**. In: Anais do Seminário Gestão de IES: da teoria a prática. Brasília: FUNADESP, 2000.

POLIDORI, M. M.; FONSECA, D. G.; LARROSA, S. F. T. **Avaliação institucional participativa**. Rev Aval. Educ. Sup. V. 12, n. 2, p. 333-348, jun. 2007.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SUANNO, M. V. R. Auto-avaliação institucional: princípios da metodologia do grupo focal. In: BELLO, J. L. P. **Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>> Acesso em 06/10/11.

TERCEIRO MOVIMENTO

AVALIAÇÃO COMO MOVIMENTO DE REFLEXÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS.

Como vimos ao longo desse curso, a Escola Técnica do SUS vem sendo construída desde a década de 1980. Durante esse tempo, vem sendo ampliada e ressignificada, principalmente a partir do contexto político no qual o SUS, em expansão e consolidação, abriu postos de trabalho em maior intensidade para trabalhadores de nível técnico, sem a devida exigência de qualificação formal. Nessa ocasião, a política de qualificação desses trabalhadores, efetivada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, era restrita e insuficiente quantitativa e qualitativamente.

Diante dessa realidade, as ETSUS foram criadas para promover a formação de trabalhadores do SUS com perfil condizente às necessidades técnicas e sociais das realidades locais e regionais. Desta foram, a criação das ETSUS foi um reconhecimento de que uma política relativa à formação dos trabalhadores é essencial para a implementação do Sistema Nacional de Saúde. Essa política propõe a articulação de estratégias para a elevação da escolaridade e melhoria do perfil de desempenho profissional dos técnicos, bem como, para a implantação de atividades de educação permanente dos trabalhadores do SUS. Neste sentido, a ETSUS deve promover uma formação ampliada, sintonizada com as demandas da prática profissional e com a qualidade dos cuidados de saúde prestados aos indivíduos e às coletividades. Para tanto, deve situar-se na real complexidade do trabalho, nos projetos estruturantes para uma reorientação do modelo de atenção e do paradigma sanitário do SUS, contribuindo para promover a autonomia e a emancipação dos trabalhadores.

Nesse contexto, a ETSUS é, atualmente, uma instituição com processos complexos de gestão político-pedagógica que necessita de permanente avaliação e transformação de suas realidades. Para produzir mudanças na ETSUS, é fundamental analisar as práticas e as concepções vigentes, problematizá-las, buscar estratégias coletivas para reflexão e enfrentamento dos desafios. É fundamental também reconhecer as instâncias de governabilidade nos processos de implementação dessas mudanças e compreender seu papel na transformação da realidade da ETSUS, construindo novos pactos de organização, de diálogo e de práticas de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

Todos os profissionais da ETSUS, da atenção e da gestão do Sistema de Saúde e de Educação, bem como os alunos dos cursos técnicos têm ideias, conceitos e concepções importantes acerca da educação profissional, das estratégias para sua produção e do papel que a ETSUS deve cumprir no processo de consolidação do SUS. É a partir dessas concepções, mediadas pela organização dos serviços, que cada ator social opera e expressa suas expectativas, demandas e necessidades.

O planejamento da autoavaliação institucional participativa é colocado como foco de discussão na oficina. Maria Elisa e Joana conversam sobre o assunto e consideram que o planejamento da autoavaliação é um movimento de reflexão e de ressignificação das práticas político-pedagógicas da ETSUS.

Assim como a avaliação, o planejamento é uma atividade cotidiana na vida das pessoas. Planejamos das pequenas às grandes coisas no nosso dia a dia. Do plano de aula ao plano de reforma curricular, ao plano da construção do projeto político-pedagógico... Pense, quantas coisas cada um de nós já planejou hoje? Quantas coisas você já planejou realizar ou modificar no seu trabalho, na sua vida? Tudo o que tem planejado tem se concretizado da forma como planejou? Tem conseguido alcançar seus objetivos e metas traçados nos planos?



É verdade, Maria Elisa. Eu reconheço que preciso avaliar como tenho realizado meus planejamentos e planos na vida. Mas, aqui na ETSUS, a avaliação não pode ser feita individualmente; precisamos planejar e avaliar em conjunto, com todas as pessoas que participam da escola. Acho que isso é fundamental para aumentar a chance de alcançarmos nossos objetivos.

Maria Elisa concorda com Joana: se queremos fortalecer a nossa escola, nosso trabalho enquanto atores sociais e aprimorar nossos processos de trabalho, o planejamento e a avaliação devem ser parte da rotina na nossa instituição!

Para dar continuidade às reflexões, Maria Elisa convida a todos a lerem e discutirem o texto que trata do planejamento da avaliação.

Leia e reflita:

TEXTO 3

O PLANEJAMENTO DA AVALIAÇÃO: DA ELABORAÇÃO À APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E EXECUÇÃO DE PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.

No texto anterior, você teve oportunidade de conhecer as bases da autoavaliação institucional participativa. Agora, discutiremos sobre o planejamento para a autoavaliação, desde a elaboração do projeto até a utilização dos resultados. A partir dessas discussões e lembrando o texto *“Planejando o tempo”* - trabalhado no primeiro momento presencial do CEGEPE - você deve ter percebido que muitas atividades, ações e processos que planejamos, nem sempre, terminam da forma planejada.

O planejamento, segundo Vasconcelos (1995), é visto como construção e transformação de representações. É uma mediação entre a teoria e a metodologia que visa uma ação. Planejar é tentar interferir no fluxo do tempo e dos acontecimentos com o objetivo de criar algo novo, ousar, avançar e dar um salto qualitativo.

PARA PENSAR:



O que é necessário para se pensar estrategicamente a avaliação na ETSUS?

Quais indicadores de qualidade poderão ser utilizados para essa avaliação?

O processo de autoavaliação institucional que propomos é norteado pelos princípios da participação coletiva, da democracia e da avaliação para a emancipação dos sujeitos envolvidos e para a transformação da realidade.

Segundo Belloni e Fernandes (2009), para que o planejamento de uma autoavaliação institucional seja efetivo e alcance os objetivos e a metas estabelecidas, devem ser seguidas algumas etapas que visam sistematizar e auxiliar esse processo. São três as etapas a serem percorridas: *Planejamento e preparação coletiva da avaliação*; *Desenvolvimento do projeto proposto* e *Consolidação do processo e programação de redirecionamento*.

Agora, apresentaremos as seguintes etapas: *Planejamento e a preparação coletiva da avaliação* e *Desenvolvimento do projeto proposto*. Após essa leitura, participaremos do fórum intitulado “Instrumentos para Autoavaliação Institucional Participativa”. Então, voltaremos à leitura da etapa *Consolidação do processo e programação de redirecionamento*.

PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO COLETIVA DA AVALIAÇÃO

Essa etapa consiste em planejar a autoavaliação e sensibilizar os profissionais envolvidos. Nela, constitui-se uma comissão de avaliação com a função de coordenar e articular o processo. A comissão deve ter representação de todos os atores e pode ser uma comissão já instituída na escola, como o conselho escolar e ou ser criada uma nova comissão para esse fim. O planejamento deve prever reuniões desta comissão para acompanhar o processo, portanto seus integrantes devem ter disponibilidade para o trabalho e, de preferência, serem eleitos por seus pares. É preciso lembrar que esta comissão não vai realizar a avaliação sozinha, o objetivo é que ela proponha, coordene e acompanhe o processo.

Para planejar a autoavaliação institucional da sua escola é primordial iniciar com um trabalho de sensibilização da comunidade institucional. A comunidade deve conversar e discutir acerca da importância da autoavaliação para os processos de trabalho e para a qualificação desses processos e de seus resultados. A sensibilização (como vimos no texto 2, deste Núcleo Temático) é uma importante tarefa dos gestores e profissionais que objetivam realizar uma autoavaliação institucional.

Todos devem estar cientes da importância da participação de cada um dos atores e da coletividade para que o processo seja exitoso. Assim, a condição para o êxito é que todos os atores estejam envolvidos, desde o planejamento do projeto de autoavaliação até o plano de intervenções, sua implementação e reavaliação.

Considerando que a avaliação deve abarcar todos os setores e processos escolares, inclusive as suas inter-relações, é necessário ter uma visão do todo da escola a partir do seu Projeto Político-pedagógico. Faz-se necessário, também, definir as *dimensões* e os *indicadores de avaliação* para facilitar a posterior escolha do método e dos instrumentos a serem utilizados.

A título de exemplo de dimensões e indicadores, apresentamos, ao final desse Núcleo Temático, quadro de um Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Sergipe. Veja anexo 01.

O planejamento da autoavaliação propriamente dita deve contemplar a definição de

objetivos, estratégias, metodologia, recursos físicos, humanos e financeiros, além do cronograma.

A etapa do planejamento e preparação coletiva culmina com a elaboração do projeto de autoavaliação a ser executado pela comissão e reavaliado durante e ao final do processo.

Resumindo, os passos preconizados para a operacionalização desta etapa são: sensibilização da comunidade escolar; constituição da comissão coordenadora; elaboração da proposta de avaliação institucional; discussão da proposta com os diversos atores e definição do projeto, com justificativa, princípios, contextualização, objetivos, etapas, procedimentos metodológicos e cronograma.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PROPOSTO

Nesta fase, o objetivo é a concretização das atividades que foram programadas no projeto de autoavaliação. Dessa forma, devem ser definidos grupos de trabalho visando realizar as ações programadas: seminários, grupos focais, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho. Falaremos dessas ações mais adiante, visto que podem ser incorporadas em outras etapas do processo.

Para o desenvolvimento do projeto, deverão ser construídos instrumentos de avaliação (questionários, entrevistas e ou outros) e devem ser também definidos os recursos necessários para o processo avaliativo. Cada instrumento a ser utilizado deve levar em conta o objetivo e o tipo de processo avaliado.

ATIVIDADE 6 – FÓRUM



INSTRUMENTOS PARA A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA.

- Em sua opinião, qual (ais) instrumento (s) seria (m) adequado (s) para avaliar o perfil dos alunos da sua escola: questionário, entrevista?
- Como você avaliaria a percepção dos docentes em relação ao curso?
- Discuta com seus colegas acerca dos instrumentos que têm sido utilizados nas avaliações da sua escola e a seguir compartilhe no Fórum.

A proposta de autoavaliação institucional e o planejamento de sua execução devem prever a aplicação dos instrumentos de avaliação, a definição da metodologia de análise e interpretação de dados e a elaboração dos relatórios de avaliação. Lembre-se de, no planejamento da autoavaliação e dos instrumentos, levar em conta os indicadores a serem avaliados.

Assim como a escolha dos instrumentos é importante, é também necessário considerar o método de análise dos resultados. Para cada instrumento ou tipo de ação ou processo avaliado, existe um método de análise mais adequado. Independente do instrumento, não se pode perder de vista que, em todos os momentos, devem ser incentivadas a comunicação e a troca de informações. Esse cuidado é fundamental para a articulação

entre os participantes das ações que serão desenvolvidas e das metodologias que serão utilizadas. As ações coletivas proporcionam aprimoramentos constantes ao processo, levando em conta a diversidade de experiências dos atores envolvidos.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados para aplicação em toda a comunidade escolar e nos serviços com os quais a escola faz interface para a execução de suas atividades. Esses serviços atuarão como intermediários e subsidiários na identificação dos problemas e das fortalezas da instituição. Os instrumentos devem passar por teste piloto e serem discutidos, revistos, se necessário, e posteriormente aprovados por todos os sujeitos envolvidos. O teste piloto se propõe a verificar o entendimento que as pessoas possuem em relação ao instrumento e se ele realmente mede ou diagnostica aquilo que se propõe medir ou diagnosticar.



PARA PENSAR

Na sua escola, como essas etapas têm acontecido?

Após a aprovação, os instrumentos escolhidos devem ser aplicados à comunidade escolar para, então, ser realizada a análise dos dados obtidos. Deste modo, será possível produzir as informações, como forma de se apropriar e discutir os resultados encontrados.

Vamos rever, resumidamente, o processo relacionado à operacionalização desta fase.

1. Elaboração, discussão, teste e aplicação dos instrumentos de coleta de dados e produção das informações.

Neste momento, é importante observar o respeito à individualidade e ao sigilo das informações pessoais dos participantes da autoavaliação institucional, para que esta seja o mais fidedigna possível. As informações e dados obtidos devem ser divulgados com o objetivo de colocar a comunidade escolar a par do processo.

2. Processamento e análise dos dados e informações coletadas. Como dito anteriormente, cada instrumento deve ser analisado de acordo com as suas especificidades.
3. Discussão dos dados coletados nos grupos dos diferentes atores. Assim como o planejamento, a análise dos resultados deve ser realizada na perspectiva da participação coletiva. Isso facilita e incrementa a fase seguinte que é da utilização dos resultados para a programação de novos projetos de intervenção.

CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO E DA PROGRAMAÇÃO DE REDIRECIONAMENTO

Nesta fase, o objetivo é incorporar os resultados encontrados na autoavaliação e buscar, através de projetos de intervenção, a melhoria da qualidade dos processos e dos resultados da escola.

Após a análise dos dados e das informações obtidas, deve ser elaborado um relatório final contemplando os resultados das discussões e a análise e interpretação dos dados. Nesse momento, devem ser organizadas discussões dos resultados pela comunidade institucional.

Não se pode esquecer que, assim como a avaliação e o planejamento, os projetos de intervenção serão elaborados a partir dos resultados; devem ser feitos de forma coletiva, garantindo maior adesão dos atores envolvidos. Essa forma de trabalho possibilita também um maior comprometimento das pessoas nos processos de mudança e de futuras avaliações.

Nessa etapa, deve-se ter o cuidado de não incorrer no erro de procurar e apontar culpados. Para que se dê o salto de qualidade, é necessário analisar que ações e processos são insuficientes ou inadequados. É imprescindível também, a participação direta e a mudança nas atitudes e comportamento dos atores envolvidos.

Outra questão relevante em relação ao uso dos resultados é a identificação dos pontos fortes da escola, que também devem ser discutidos pelos atores envolvidos e divulgados para a comunidade escolar.

Finalmente, deve-se considerar que, para a operacionalização da fase de revisão e reajustes do processo, três atividades são necessárias:

1. Elaboração do relatório, que deverá constar desde a descrição do processo de autoavaliação até os seus resultados.
2. Discussão sobre o uso dos resultados, com encaminhamentos de ação. Essa discussão deverá ser realizada nos grupos. A partir dela deverá ser elaborado o projeto de intervenção visando aprimorar estes processos e ações.
3. Publicação e divulgação do relatório final. A partir da publicação e divulgação do relatório final, inicia-se a fase de implementação dos projetos de intervenção utilizando os resultados obtidos.

Para trabalhar os resultados da autoavaliação institucional participativa, Belloni e Fernandes 2009, p. 111, sugerem:

- Identificar resultados do processo de avaliação, distinguindo os sucessos almejados e as dificuldades ou insuficiências a serem superadas;
- Reconhecer as principais razões ou os fatores causadores das situações de sucesso e de dificuldade, direta ou indiretamente relacionados a eles;
- Associar as situações (de sucesso e de fracasso) ao projeto pedagógico da escola;
- Selecionar e divulgar situações e experiências bem sucedidas;
- Elaborar propostas para mudar as situações de dificuldade ou insuficiência.

Essa identificação dos resultados do processo avaliativo pode ser útil na formulação e planejamento da autoavaliação institucional que deve ser modificado para atender às especificidades de cada contexto escolar.

Como dito anteriormente, nos momentos de discussão e construção coletiva podem ser utilizadas diversas estratégias, entre elas seminários, grupos focais, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho. Cada uma destas estratégias tem os seus pontos positivos e as suas fragilidades. Cabe ao grupo e à comissão coordenadora da autoavaliação institucional decidir-se qual a estratégia será mais apropriada para cada momento.

Nos seminários, podem ser apresentadas experiências exitosas de autoavaliação da própria escola ou de outras, que auxiliem a analisar o seu funcionamento. Podem ser convidados *experts* e representantes dos serviços a ela relacionados para auxiliar a comunidade escolar no planejamento das ações a serem realizadas.

Para os grupos focais, são realizadas reuniões em pequenos grupos com objetivo específico de investigação. Deverá ser elaborado um roteiro prévio que será aplicado por um mediador. Esse roteiro deve conter perguntas que estimulem os participantes a expressar suas percepções, expectativas e desejos a respeito do processo ou ação que está sendo avaliado. A reunião, com o consentimento do grupo, pode ser gravada e contar com um observador “neutro”, que também anota as manifestações e acontecimentos da reunião.



LEITURA COMPLEMENTAR

Para aprofundar seus conhecimentos sobre como trabalhar com grupos focais, sugerimos que você acesse o texto: SUANNO, M. V. R. Auto-avaliação institucional: princípios da metodologia do grupo focal. In: BELLO, J. L. P. **Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>> Acesso em 06/10/11.

Em relação aos painéis de discussão, cada setor da escola pode apresentar sua dinâmica de trabalho e, a partir dessas informações, os próprios apresentadores e ou outros atores discutem acerca dos processos e ações ali realizados evidenciando suas fortalezas e fragilidades.

Por sua vez, as reuniões técnicas são geralmente realizadas em pequenos grupos com a presença de *experts* no assunto. Essas reuniões têm como objetivo auxiliar a comunidade escolar no planejamento e acompanhamento da autoavaliação institucional.

Finalmente, nas sessões de trabalho, os atores envolvidos se reúnem para realizar o planejamento, aplicação, análise e avaliação das propostas.

ATIVIDADE 7 – DIÁRIO DE ESTUDO



O processo de avaliação não estará completo se não ocorrer a utilização das informações produzidas para retroalimentar o processo de transformação.

Refleta sobre os comentários abaixo:

- Quanto à divulgação dos resultados: a divulgação dos resultados encontrados deve ser realizada de forma bem justificada porque eles serão julgados de acordo com valores, padrões e representações de outros atores sociais. O momento de divulgação deve também contemplar todo o processo percorrido, de modo a resgatar o significado de cada ação dos sujeitos envolvidos. É importante retomar os momentos de conflito, de avanços, de impasses e de negociação vivenciados pelo grupo.

- Quanto à utilização dos resultados: o último passo da trajetória avaliativa consiste em garantir a utilização dos resultados da avaliação e o compartilhamento das lições aprendidas nesse processo, de modo a reorientar a intervenção e fundamentar a tomada de decisões.

Após reflexão dos aspectos acima mencionados, **registre no seu diário de estudo** uma síntese das suas conclusões.

ATIVIDADE 8 – FÓRUM



Planejamento da autoavaliação institucional participativa.

A partir da reflexão realizada e da proposta de planejamento da autoavaliação institucional participativa apresentada, discuta com seus colegas no fórum: Como tem sido realizado o planejamento da autoavaliação institucional participativa na sua ETSUS? Como têm sido utilizados os seus resultados? Quais as etapas do planejamento têm sido percorridas? Quais as facilidades e dificuldades para a realização da autoavaliação institucional em sua escola? O que seria necessário para efetivar todas as etapas do planejamento?

ATIVIDADE 9



ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO DO NÚCLEO TEMÁTICO IV – A V 3.

Utilize os registros de suas reflexões, seus estudos e de suas discussões com os diversos parceiros na sua caminhada neste Núcleo Temático e, em grupo e em comum acordo com seus colegas de ETSUS, elabore um Anteprojeto de Autoavaliação Institucional Participativa de sua escola. Convide outros atores de sua escola que desejarem participar da elaboração desse planejamento, especialmente, pessoas ligadas à direção da ETSUS. Apresente-o a seu/sua Tutor/a Docente para apreciação e avaliação.

ANEXO 1

**QUADRO 1 -
DIMENSÕES E INDICADORES DE UM PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

DIMENSÃO	INDICADORES
1) A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	Concretização das práticas. Relação com os objetivos centrais da UFS. Resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.
	Características do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.
	Forma de articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.
2) A política para o ensino, a pesquisa, pós-graduação, a extensão, projetos e programas	Concepção de Currículo e organização didático-pedagógica.
	Práticas pedagógicas: transmissão de informações versus construção do conhecimento, formação do cidadão e desenvolvimento de visão crítica e analítica.
	Pertinência do currículo: concepção e prática.
	Relevância social e científica da pesquisa.
	Pesquisa versus desenvolvimento local/regional.
	Grau de satisfação dos usuários.
	Critérios, participação de pesquisadores, publicação e divulgação dos resultados.
	Concepção de extensão de intervenção.
	Formas de articulação e integração.
	Participação dos estudantes nas ações e grau de impacto na formação.
	Grau de impacto na comunidade.
	Políticas de criação expansão e manutenção. Política de melhoria da qualidade. Formação de pesquisadores e profissionais para o magistério superior.

3) Responsabilidade social da Instituição	Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impacto nas atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional.
	Ações de atenção a setores sociais excluídos. Critérios de acesso a portadores de necessidades especiais e estratégias didático-pedagógicas específicas. Critérios de abertura de cursos e ampliação de vagas. Critérios de benefícios.
	Contribuições com: a defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural.
	Realizações de ações voltadas para o desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania.
	Políticas de formação de pesquisadores e docentes. Grau de envolvimento discente com Pós-graduação. Conceito CAPES/MEC para a Pós-graduação.
4) Comunicação com a sociedade	Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa. Imagem da instituição nos meios de comunicação social. Disposição para o diálogo racional.
5) Políticas de pessoal de carreias do corpo docente e corpo técnico administrativo	Regulamentação do Plano de Carreira.
	Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida. Clima institucional, relação interpessoal, grau de satisfação pessoal e profissional. Funcionário equivalente/Professor equivalente Índice de Qualificação docente.
6) Organização e gestão da Instituição	Existência de planos de gestão/metodologias, adequação ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura oficial da UFS.
	Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados. Ações proativas da Gestão.
	Uso da gestão e tomada de decisões institucionais.
	Modo de participação dos atores na gestão.
	Investimento na comunicação e circulação da informação
7) Infraestrutura física	Número de dependências (sala de aula, laboratórios, sala de docentes dentre outros).
	Existência de políticas de conservação, atualização, segurança e estímulo à utilização.
	Adequação e nível de funcionalidade.

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Conselho do Ensino e da Pesquisa. **Projeto avaliação institucional da UFS:** potencializando e projetando novas possibilidades para crescer com qualidade. Sergipe, 2005.

REFERÊNCIAS

BELLONI, I; FERNANDES, M. E. A. Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares - **Progestão**: como desenvolver a avaliação institucional da escola? Modulo IX. Brasília: CONSED, 2009.

CEFET – PR. **Proposta de autoavaliação institucional e planejamento de sua execução**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/cpa-comissao-propria-de-avaliacao/pta>>. Acesso em 23 de outubro de 2011.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

ISBN 978-85-64724-32-7



9 788564 724327 >